

A LEI DO PRÍNCIPE

O que pretendo contar, agora, parece história da carochinha, mas em verdade não o é. Tampouco é coisa da Ditadura. Aconteceu comigo, mesmo, neste ano da graça de 1996, isto é, durante a vigência do que se convencionou chamar de plenitude democrática. Mas, justamente por isso, é que desperta interesse.

Vejam como foi. Tudo começou em 1964, o ano do golpe. Eu tinha apenas dezoito anos, quando, em decorrência de concurso público, fui convocado pelo governo. E vejam só para quê. Para uma vaga de fiscal da Secretaria da Fazenda. Concluído o estágio, achei-me diante de um dilema: assumir o cargo e abandonar os estudos no velho Liceu do Ceará, ou continuar estudando, mas desempregado. Exigia-se que eu largasse tudo e me dispusesse a viajar imediatamente para o interior, sem o que não haveria nomeação. Era pegar ou largar.

Não tive escolha, está claro. Eu era órfão desde os treze anos, vivia de favor na casa de um irmão, e aceitei o ultimato sem grande relutância. Não perdi tempo: despedi-me do colégio e, de posse da portaria, arrumei minha mala, tomei o trem para o interior e apresentei-me ao trabalho. No fundo, eu acreditava que, dali a dois anos quando muito, estaria de volta à capital para o reencontro com a sala de aula.

Leda ilusão. Num piscar de olhos, lá se foram doze anos.

Nesse interregno, peregrinando de uma cidade para outra à força de transferências, eu só sentia frustração. Ano após ano, via os

colegas sendo promovidos (alguns por mérito, outros por simples apadrinhamento) enquanto eu mesmo, coitado, continuava na inicial.

Que diabo!

Comecei a reclamar. Não raras vezes me queixava, ou melhor, desabafava com algum chefe menos abusado, e ouvia sempre a mesma lengalenga: "Ora bolas, hoje em dia, sem prestígio político ou curso superior, não se chega a lugar nenhum!" Isso mexia com os meus nervos; aliás, deixava-os em frangalhos. Só de lembrar que fora a própria Secretaria que me arrancara do colégio, eu já vivia furioso.

Resolvi estudar.

Claro, trabalhando durante o dia e farreando à noite, eu não ia ter mesmo futuro algum. A proximidade da Paraíba – e que terra santa a Paraíba – possibilitou-me fazer o Supletivo e, logo a seguir, o curso de Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras. Licenciatura curta, é verdade, um passo pequeno no mundo das artes, porém de grande significado para o meu projeto particular. Subiria alguns pontos na escala de promoções. Mas era pouco; como todo funcionário, eu queria mais. Meu objetivo era atingir o topo da carreira, o cargo pomposo de Auditor. Contudo, feito o registro nos Recursos Humanos, fui informado de uma novidade. Ao governo já não interessavam certos diplomas universitários, como os de filósofo e de professor. Em outras palavras, não precisavam de intelectuais. Precisavam, isto sim, de advogados, de economistas, de contadores; enfim, de gente treinada para o trato com o dinheiro e com as questões fiscais.

Não me fiz de traído. Pus de novo o pé na estrada e cruzei a fronteira. A Paraíba abriu-me os braços. Outra vez a Paraíba servindo à causa do cearense. Depois de nímios sacrifícios, viajando à noite debaixo de chuva, bacharelei-me em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Sousa. Não era lá grande coisa, reconheço, mas um diploma de advogado ainda é o sonho de muita gente. Demais, levando em conta as circunstâncias, isso era o máximo a que eu podia chegar. Candidatei-me à promoção, e fui preterido mais uma vez. Informaram-me friamente que os antigos critérios de avaliação do desempenho

tinham sido modificados e que, em decorrência, o melhor caminho para se chegar à Auditoria era a publicação de livros sobre qualquer assunto.

Não me dei por vencido. Peguei meus alfarrábios e, muito mais por conveniência do que por vocação, fiz minha estréia na Literatura. Publiquei um livro, "Versos de Ontem e de Hoje", um calhamaço de que ainda hoje me envergonho, devido à falta de revisão. Mas as duzentas páginas de poesia não foram suficientes para a ansiada promoção. Acabei preterido como das vezes anteriores. "Escreva mais, Pereirinha...mais", aconselhou-me a diretora com um gesto de impaciência.

Não me fiz de rogado. Dei tratos à bola e, decorridos uns poucos meses queimando pestanas e consultando dicionários, concluí "O Eleitor" – poema longo, telúrico, um "épico da caatinga", como diria, mais tarde, Dorian Sampaio. Era em verdade uma denúncia, um grito de alerta contra a omissão dos governantes ante a miséria dos camponeses. Ora, defrontado diariamente com a injustiça dos "coronéis", eu só via uma solução para o problema fundiário: a partilha da terra.

Como era de se esperar, sofri pressões antes de publicá-lo. Alguns colegas mais reservados viram no livro uma temeridade. Onde já se viu um homem do governo, e ainda por cima cobrador de impostos, meter-se a besta com reforma agrária? Fiz ouvidos de mercador e publiquei a coisa assim mesmo.

O tempo passou. Veio a abertura democrática e, com ela, o fisiologismo. Os oligarcas da Ditadura simplesmente mudaram de partido e continuaram governando. Eu desistira da minha luta e já nem pensava em promoção. Um dia, para minha surpresa, abro o Diário Oficial e dou de cara com o meu nome guindado às alturas: Auditor Fiscal! Quase pulei da cadeira. Puxa vida, eu tinha conseguido. Os ásperos anos correndo estradas e enfrentando tempestades tinham sido recompensados. Senti-me flutuar. Finalmente em paz com a vida, passei uma esponja no passado: esqueci traumas, preterições, reprimendas equivocadas de antigos chefes estabanados, enfim essas picuinhas do serviço público. No auge da glória, cheguei a extremos

de boa vontade para com certas utopias. Cheguei a crer, por exemplo, na infalibilidade da justiça e na imparcialidade dos governantes. Mas, já então, meus cabelos branquejavam e minhas pernas davam os primeiros sinais de cansaço. Peguei a família – eu tinha agora mulher e filhos – e retornei para a capital. Voltava, assim, para Fortaleza vinte e três anos depois de tê-la abandonado sob coação. Trabalhei mais alguns anos e, contado o tempo necessário, requeri a aposentadoria, que estou esperando até hoje.

Até aqui nada demais. Essa é uma história bastante vulgar que se repete amiudadamente no serviço público. Mas é então que acontece um desastre e recomeçam meus atropelos. Dias atrás, lendo o jornal, vi que o governo fez aprovar, a toque de caixa, um novo Plano de Cargos e Carreiras para a SEFAZ. Por este plano, declaram-se extintos antigos direitos adquiridos e, para meu desespero, sofro um decesso vergonhoso na hierarquia fazendária. De uma hora para outra, lá se ia por água abaixo o sonho de toda a minha vida: o cargo de Auditor. Foi como um chute no traseiro. Só me deixavam uma alternativa: resignar-me ou começar tudo outra vez.

Inacreditável? De forma alguma. Nestes tempos de globalização e neoliberalismo nada surpreende os cidadãos mais avisados. Demais, alguém poderá pensar que fui rebaixado merecidamente por estar recebendo acima do teto salarial, isto é, por me haver transformado num “Marajá”, como se diz hoje em dia dos que recebem supersalários. Mas é aí que está o engano. Pode parecer inacreditável, mas a verdade é que fui degradado por um motivo diametralmente oposto. É que, em virtude da anarquia salarial que conturbou os quadros fazendários durante a crise inflacionária, eu estava ganhando menos que os colegas do mesmo nível (não me perguntem como isso foi possível) e até de níveis inferiores. Ora, como na escolha de critérios para determinar os novos escalões, tomou-se por base unicamente a massa salarial, acabei prejudicado. Eu e mais de uma centena de velhos colegas de batente.

Como se vê, em vez de enobrecer-se corrigindo injustiças, o governo satanizou-se, ignorando a lei e cometendo mais distorções. E, assim, pela primeira vez na história, aconteceu de um funcionário

público ser punido por tempo de serviço e por ganhar menos que seus companheiros. Uma vergonha inominável. Pela lei 12.582 – a “Lei do Príncipe” – meu tempo de serviço; meu trabalho estafante ao longo das fronteiras, seja como fiscal, seja como auditor; meus títulos universitários; meus livros publicados; enfim, minha abnegação à causa fazendária – tudo isso resultou-me em vão ou, até mesmo, prejudicial. É verdade que, do ponto de vista financeiro, pelo menos por enquanto, não fui prejudicado. Os prejuízos só virão mais tarde. Mas o que o governo devia saber é que “nem só de pão vive o homem” (isso, aliás, está na base do Cristianismo), e que existe uma coisa chamada dignidade, sem a qual a vida do cidadão, especialmente na terceira idade, tem pouco ou quase nenhum significado. Imagine-se um general descobrindo-se major da noite para o dia. Imagine-se, um desembargador rebaixado a juiz de uma comarca interiorana. Imagine-se, ainda, um cardeal reduzido a monsenhor. Pois é assim que estou me sentindo. Neste momento mesmo, enquanto rabisco este libelo, não encontro palavras com que explicar à minha família o porquê da humilhação. Aliás, achincalhamento seria o termo mais adequado para o que acabam de me fazer. É o que é pior, em nome da SEFAZ, a casa a que servi durante metade de minha vida e com total dedicação.

E pensar que, ao longo dos últimos nove anos, tenho sido não só eleitor, mas também o apologista desse grupelho que está no poder... Evidentemente que não vou mudar de opinião. Não de maneira radical como fazem os políticos. Seria leviandade. Até porque, antes de Tasso Jereissati, a administração pública cearense andava meio comprometida. Continuo a acreditar que ele tem sido fundamental para o nosso soerguimento. Pelo menos no que diz respeito ao saneamento das finanças e à restauração da credibilidade do Ceará, não há como negar-lhe o mérito. Só que isso não lhe autoriza tamanha violência contra um servidor cujo único “deslize” foi cultivar a decência, isto é, portar-se com probidade no exercício de suas funções.

Que trapalhada, senhor governador!

É senso geral que, entre os maiores administradores deste século, figuram pessoas como Hitler, Mussolini e até mesmo Joseph Stalin. Mas ninguém desconhece o legado de horrores deixado por

eles à posteridade devido à sua truculência no exercício do poder. Ainda bem que me resta a justiça, em cuja porta baterei procurando tutela. É minha única esperança. Afinal de contas, o fim precípua do Judiciário é velar para que seu parceiro, o Executivo não degenerem em tirania, como parece estar acontecendo por estas bandas. Poderá a Justiça contrariar a "Lei do Príncipe" e restaurar minha dignidade tão rudemente pisoteada? Acredito que sim. Mas, enquanto isso não acontece, vou torcendo o nariz aos arrivistas de plantão que me atiram piadas. Esses abutres esfaimados são mesmo ubíquos; têm o olfato muito apurado e estão sempre de atalaia farejando a carniça. De uma coisa estou certo. Daqui por diante serei mais cauteloso no alardear as excelências desse governo que aí está. Claro, há muita coisa duvidosa, a começar pela publicidade – o festival de propaganda em que ele, parece, especializou-se. Que alguém me acuse de revanchismo, pouco me interessa. Seja lá como for, sem vocação para mártir, não vou me curvar perante o carrasco e muito menos beijar-lhe as mãos como o fez Tiradentes.